

Ata da 28ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Joanópolis, em 07 de dezembro de 2004.

Aos sete dias do mês de dezembro de 2004, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário “ XVII de Agosto” da Câmara Municipal de Joanópolis, situado à Rua Francisco Wohlers nº 170, neste Município, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Joanópolis. Procedida a chamada regimental, foi constatada a presença dos Senhores Vereadores Ary Aparecido de Oliveira (Ary do Toco), Benedito Ignácio Giudice (Benedito Ignácio), Domingos Lauriano Floriano (Domingão), Genyson Pereira Farias (Zoca), Maria Bernadete Cardoso Passos (Bernadete Passos), Maria Shirley Lemes da Silveira Melo (Maria Shirley), Mauro Aparecido Garcia Banhos (Mauro Garcia), Ornélio Gonçalves de Oliveira (Nelo), Percival Aparecido de Oliveira (Percival) e Sebastião Benedito (Tião da Ema) e a ausência do Edil Marcos Maroni Escudeiro (Marcos Maroni). Havendo número legal e sob a Presidência do Vereador Mauro Aparecido Garcia Banhos, secretariada pelo Edil Benedito Ignácio Giudice, foi declarada aberta a Sessão. Inicialmente, o Edil Domingão procedeu a leitura de Salmo da Bíblia. Após, entra em discussão a Ata da 27ª Sessão Ordinária, não houve nenhum pedido de retificação ou impugnação, tendo sido a Ata aprovada por nove votos a zero, consignada a ausência do Edil Marcos Maroni.

EXPEDIENTE

Comunicações Diversas. O Senhor Presidente informou que o balancete analítico de receitas e despesas da Câmara Municipal referente o mês de novembro último, se encontra à disposição dos Senhores Vereadores para análise. **Expediente do Poder Executivo.** Entra em expediente e é lido o Projeto de Lei nº 23/2004 – PE, que “ Aprova o Plano Municipal de Educação da Estância Turística de Joanópolis” . **Expediente Externo.** Entra em expediente o comunicado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome informando repasse de verbas ao Fundo Social de Joanópolis. Entra em expediente o telegrama do Governador do Estado, informando liberação de recursos financeiros do DADE para a

construção da piscina-olímpica e para a construção das praças do Jardim Bela Vista. Entra em expediente o telegrama do Ministério da Saúde, informando repasse de verbas à Prefeitura local. **Expediente do Poder Legislativo.** Entra em expediente a Emenda nº 01, de autoria do Edil Zoca, ao Projeto de Resolução nº 14/2004. Manifestaram-se o autor e a Edil Maria Shirley. O Senhor Presidente encaminhou a referida emenda para a Comissão Permanente de Justiça e Redação. Entra em expediente e é lido o Projeto de Lei nº 18/2004 – Poder Legislativo, de autoria da Edil Maria Shirley, que “ dá denominação de José da Silva Melo, a Praça Pública do Município de Joanópolis, que especifica” . Manifestou-se a autora, solicitando pedido de dispensa de pareceres ao referido projeto. Posto em votação simbólica, o referido pedido de dispensa de pareceres foi aprovado por nove votos a zero, consignada a ausência do Edil Marcos Maroni. Entra em expediente a Moção de Congratulações nº 101/04, de autoria do Edil Ary do Toco, ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretário, em face da brilhante gestão desses quatro anos. Manifestou-se o Edil Benedito Ignácio, justificando a sua abstenção. Em seguida, manifestou-se favoravelmente a Edil Maria Shirley. Manifestou-se o Edil Tião da Ema, também justificando sua abstenção. Após, manifestaram-se favoravelmente os Edis Zoca e Bernadete Passos. O Edil Domingão manifestou sua abstenção. Posta em votação nominal, a referida moção foi aprovada por cinco votos favoráveis a um, e três abstenções, consignando o voto contrário e vencido do Edil Nelo, as abstenções dos Edis Benedito Ignácio, Domingão e Tião da Ema e a ausência do Edil Marcos Maroni. Manifestou-se pela ordem a Edil Maria Shirley, argumentado sobre a questão de quorum, dizendo que não caberia a chamada nominal neste caso. Em seguida, manifestou-se pelo ordem o Edil Benedito Ignácio, registrando a discordância em relação a colocação da Edil Maria Shirley. **Tema Livre.** Franqueada a palavra em tema livre manifestou-se o Edil Zoca, manifestando o seu contentamento em face da notícia da liberação de verbas do DADE para a construção da piscina e das praças do Jardim Bela Vista, dizendo que isso significa que as obras da atual administração continuam ativas; manifestou-se também, sobre o reinício das obras do asfaltamento da estrada da Cachoeira dos Pretos, dizendo que ficou feliz ao saber sobre a qualidade e a espessura da

pavimentação, ao contrário do asfaltamento dos primeiros seis quilômetros; por fim, solicitou a Presidência cópia da fita de áudio da Sessão passada. O Edil Domingão cumprimentou o Edil Tião da Ema pela sua atuação na vereança; comentou que esteve na Secretaria Estadual de Transportes e que não ficou satisfeito ao saber da espessura do asfalto que será feito; falou ainda, que obra não é somente construir é preciso também cuidar; por fim, disse que irá fiscalizar o andamento da obra desse asfaltamento. O Edil Benedito Ignácio saudou o Edil Tião da Ema em face do encerramento de sua atuação como Vereador Suplente; fez comentários acerca da liberação de verbas do DADE; enalteceu a importância do fato de Joanópolis ter sido elevada a categoria de Estância Turística, dizendo que em sua opinião as opções feitas pela administração para aplicação das verbas do turismo não foram as melhores, mas que devem ser respeitadas; comentou sobre a importância do recebimento desses recursos que serão viabilizados em gestões futuras; por fim, solidarizou-se com o Edil Marcos Maroni, em face do acontecimento ocorrido hoje em seu estabelecimento comercial, tendo sido vítima de um assalto e agressão. O Senhor Presidente consignou a presença do Edil Marcos. Teve a palavra o Edil Marcos Maroni, que relatou o fato que ocorreu em seu estabelecimento comercial no dia de hoje, tendo sido vítima de agressão e ameaças por parte de uma pessoa desconhecida; esclareceu que fez um boletim de ocorrência em relação ao acontecimento e que lamenta o fato de violência e criminalidade que vem ocorrendo atualmente em nosso Município.

ORDEM DO DIA

Entra em pauta a Redação Final da Comissão Permanente de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 19/2004 – Poder Executivo, que “ autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder abono pecuniário a profissionais do Sistema Municipal de Ensino” . Entra em discussão a referida redação final. Não houve manifestação. Posta em votação simbólica, a redação final foi aprovada por dez votos a zero. Entra em pauta a Redação Final da Comissão Permanente de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 20/2004 – Poder Executivo, que “ autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder

abono pecuniário a profissionais do Sistema Municipal de Ensino” . Entra em discussão a referida redação final. Não houve manifestação. Posta em votação simbólica, a redação final foi aprovada por dez votos a zero. Manifestou-se pela ordem o Edil Benedito Ignácio, formulando pedido de adiamento pelo prazo de três dias ao Projeto de Lei nº 18/2004 – Poder Legislativo. Manifestou-se a Edil Maria Shirley. Posto em votação simbólica, o referido pedido foi aprovado por dez votos a zero. Entra em pauta o Projeto de Resolução nº 10/2004, de autoria da Mesa, que “ extingui função gratificada e cria emprego público permanente e dá outras providências” . Entra em 2ª votação o referido projeto. Encaminhou votação favorável o Edil Benedito Ignácio. Manifestou-se pela ordem a Edil Maria Shirley, levantando a questão de que o referido projeto para ser votado, deverá se fazer acompanhado dos vencimentos salariais. Em seguida, manifestou-se o Edil Benedito Ignácio, esclarecendo sobre o trâmite legal de projeto para criação de cargos e para vencimentos. Manifestou-se pela ordem o Edil Ary do Toco, dizendo que concorda com a Edil Maria Shirley e que se o projeto de vencimentos entrar depois, pode entrar com emendas caso os valores sejam exorbitantes. Posto em votação nominal, o referido projeto foi aprovado por onze votos a zero. O Senhor Presidente encaminhou o referido projeto para a Comissão Permanente de Justiça e Redação para elaboração da redação final. Entra em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 01/2004 – Poder Legislativo, de autoria da Edil Maria Shirley, que “ dispõe sobre a permissão de uso, a título precário, das áreas e das vias de circulação, para constituição de loteamentos fechados no Município da Estância Turística de Joanópolis e dá outras providências” . Procedeu-se a leitura do parecer contrário oferecido pela Comissão Permanente de Justiça e Redação ao referido projeto. Entra em discussão o referido parecer. Manifestaram-se os Edis Benedito Ignácio e Maria Shirley, que registrou suas argumentações em relação ao referido projeto; esclareceu que hoje a votação é do parecer e não do projeto e se todos votarem favoravelmente ao parecer seu projeto cai por terra, e caso ocorra o inverso, o referido projeto terá a chance de ser regularizado, inclusive, os artigos que o Vereador citou, podendo ser suprimidos através de emendas; disse ainda, que seu projeto não foi feito de afogadilho e que está tramitando desde o dia 04 de maio e já recebeu

pareceres do IBAM e da Procuradoria Geral do Estado, e que, portanto, em sua opinião não se deve basear apenas no parecer da Comissão de Justiça e Redação, porque o IBAM alega que o loteamento fechado não contraria a legislação federal e que por isso entende que os Vereadores devem pensar bem para votar o parecer da Comissão; disse também, que a polêmica é principalmente pelo fato de instituir novos loteamentos fechados ou permitir que se feche os já existentes; informou que em relação a loteamentos já existentes, adquiriu alguns documentos das cidades de Vinhedo, Avaré, Paulínea, Americana e São José dos Campos, e também, de iniciativas de próprios vereadores; disse então, o que falta é ter coragem e abraçar isso e resolver depois durante a tramitação do projeto; não entende porque lá fora pode e aqui não pode, citou exemplo da situação notória do fechamento do Porto Danalis, e que nesse caso pode se retirar o artigo do projeto, disse ainda, que o Porto Danalis não poderá regularizar essa situação e serão prejudicados com isso; esclareceu que diante da importância desse projeto, sua proposta além de grandes empreendimentos, trará mais empregos e segurança para o Município; falou que em seu ponto de vista isso fica claro, ou é falta de vontade política ou pelo fato de ser a autora da proposição; e quer ver se em 2005 este seu projeto retorne ao trâmite nesta Casa de Leis, porque se fosse reeleita estaria lutando por ele sim; esclareceu que quando estava montando o projeto, o Senhor Celso Nogueira, Vereador eleito tomou conhecimento sobre a questão e ficou muito feliz com essa proposta e que é a favor; no entanto, falou que assim ficará caracterizado que não é o melhor para o Município e sim por questões políticas, sendo que o IBAM não deu parecer pela inconstitucionalidade; solicitou mais uma vez aos Vereadores que reflitam no momento da votação do referido parecer, porque existem tantos outros Municípios que implantaram essa questão, como exemplo a cidade de Bragança Paulista, por fim, encaminhou votação contrária ao parecer da Comissão. Posto em votação simbólica, o referido parecer houve empate de cinco a cinco. O Presidente Mauro Garcia, proferiu voto de minerva, desempatando a votação, após justificar seu voto favorável ao parecer. Assim, o resultado do parecer foi de seis votos a cinco, consignando os votos contrários e vencidos dos Edis Ary do Toco, Marcos Maroni, Bernadete Passos, Maria Shirley e Percival;

consequentemente, a seqüência da tramitação do projeto fica prejudicada, restando ser arquivada a matéria. Declarou voto a Edil Maria Shirley, justificando que o objetivo do projeto era para controlar a entrada e não de impedir, disse também, que independente de qualquer coisa, tudo o que estava errado no projeto poderia ter tido a chance de ser corrigido; por fim, entende que isso se deu por falta de vontade política ou porque o referido projeto é de sua autoria. Em seguida, declarou voto o Edil Benedito Ignácio. Manifestou-se pela ordem a Edil Bernadete Passos, solicitando a retirada de seu Projeto de Lei nº 16/2004 – Poder Legislativo, que “ proíbe a exposição de propagando política eleitoral em período não previsto na Legislação Federal e dá outras providências” . O Senhor Presidente deferiu o pedido. **Explicação Pessoal.** Manifestou-se o Edil Benedito Ignácio, enaltecendo a iniciativa da Edil Bernadete Passos, em face da retirada de seu Projeto de Lei nº 16/2004 – Poder Legislativo; justificou ainda a razão do parecer contrário oferecido pela Comissão Permanente de Justiça ao referido projeto. O Edil Marcos Maroni, fez argumentos acerca do Projeto de Lei Complementar nº 01/2004 – Poder Legislativo, justificando sobre a intenção da autora em dar andamento ao referido projeto. O Edil Tião da Ema agradeceu os cumprimentos dos Edis Benedito Ignácio e Domingão em relação a sua pessoa; lamentou o fato do asfaltamento que liga Joanópolis a Cachoeira dos Pretos, em seus seis primeiros quilômetros estar em péssimas condições; fez comentários sobre a construção de uma ponte, localizada no Bairro dos Pires, que acabou desabando; disse ainda, que muitas coisas que são feitas nem sempre a culpa é do Prefeito, e por isso entende que as obras devem ser feitas e conservadas; por fim, agradeceu os Senhores Vereadores e funcionários da Câmara pela atenção dada durante os dias que assumiu a vereança. O Edil Zoca fez argumentos sobre a questão da conservação de estradas; comentou sobre a fiscalização das obras que será concluída, dizendo que as obras do asfaltamento dos primeiros seis quilômetros que liga Joanópolis a Cachoeira dos Pretos não foi fiscalizada; falou também, sobre a péssima conservação da estrada “ Entre Serras e Águas” , que depende do DER, citou exemplo da rua Sebastião Zappa, dizendo que não teve nenhuma fiscalização dessa pavimentação. Teve aparte o Edil Tião da Ema. A Edil Maria Shirley, esclareceu sobre o objetivo de seu projeto de

lei complementar nº 01/2004, dizendo que a sua intenção era trazer empreendimentos, mais empregos e segurança para o Município, permitindo também os loteamentos populares; falou sobre seu entristecimento em face às colocações do Edil Benedito Ignácio, em relação ao Projeto de Lei nº 18/2004 – Poder Legislativo, esclareceu que não está pegando nada da Prefeitura e sim ao contrário, está doando para a Prefeitura um terreno; mas respeita o direito do vereador em questionar; por fim, fez comentários sobre vários lugares que não foram fiscalizados e que deveriam ter sido, independentemente de qual Prefeito, pois, entende que a fiscalização deve haver sempre. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou os Nobres Vereadores para a 3ª Sessão Extraordinária, a realizar-se cinco minutos após o término desta Sessão, para apreciação da Redação Final ao Projeto de Resolução nº 10/2004, de autoria da Mesa, e, às 21h21min, declarou encerrada a Sessão. Nada mais.